

A evolução recente do mercado de trabalho na RAM

20 de outubro de 2018¹

O mercado de trabalho é um dos elementos mais relevantes na avaliação da conjuntura económica – quer por refletir de forma atempada a participação de cada indivíduo na atividade económica, quer por permitir sintetizar a posição de uma economia no ciclo económico. Neste contexto, as estatísticas disponibilizadas trimestralmente com o Inquérito ao Emprego, publicadas na Região Autónoma da Madeira (RAM) desde 1983², complementadas pelas Contas Regionais no que às horas trabalhadas diz respeito, oferecem um enquadramento único para uma análise granular das diferentes tendências do mercado de trabalho. Nesta nota procurar-se-á enriquecer a leitura dos indicadores de subutilização do fator trabalho comumente analisados (por exemplo, a taxa de desemprego), com indicadores complementares, dando particular relevo a desenvolvimentos por nível de educação, género e grupo etário. Para melhor aferir o contexto económico e social da RAM, esta procurará ser igualmente uma análise comparativa, tanto com o observado a nível nacional, como com a Região Autónoma dos Açores (RAA).

A melhoria da atividade económica tem contribuído para a criação líquida de emprego...

A taxa de desemprego atingiu no 2.ºT-18 o seu valor mais baixo desde o 4.ºT-05. No mesmo período, o número de pessoas empregadas registou o seu máximo histórico. A melhoria do mercado de trabalho tem ocorrido num contexto de recuperação económica, de elevados níveis de confiança de empresas e famílias a nível nacional, e de uma política monetária acomodatória, com impacto nas condições de financiamento. Neste contexto, importa avaliar a existência de possíveis hiatos - nomeadamente os originados por um saldo migratório negativo nos anos recentes - e antecipar potenciais entraves ao crescimento de médio-prazo da economia da RAM.

...tendo ocorrido de forma sincronizada a nível nacional...

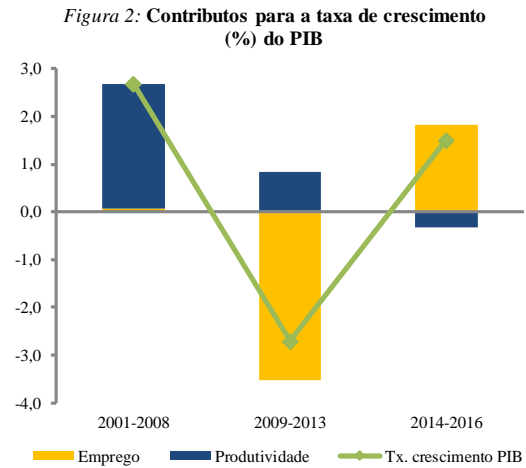
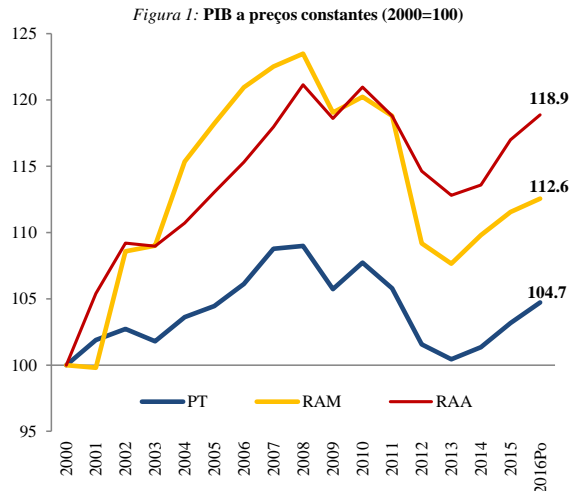
A evolução da atividade económica da RAM apresenta uma elevada sincronização com os desenvolvimentos cíclicos da economia Portuguesa, não obstante a sua maior volatilidade. Desde 2000³, é possível identificar 3 períodos distintos. Um primeiro, até 2008, marcado por um aumento expressivo do PIB e por uma convergência do PIB *per capita* regional; um segundo, entre 2009 e 2013, no qual se registou uma correção igualmente expressiva, fruto do

¹ Este artigo foi elaborado por João Miguel Leal (perito nacional destacado do Ministério das Finanças na DG ECFIN Direção Geral dos Assuntos Económicos e Financeiros da Comissão Europeia) e Paulo Baptista Vieira (Diretor Regional da DREM). As opiniões expressas no artigo são da responsabilidade dos autores podendo não coincidir com as da instituição. Todos os erros e omissões são da responsabilidade dos autores.

² Os dados apresentados neste estudo dizem respeito ao período 1.ºT-1998 ao 2.ºT-2018, existindo uma quebra de série no 1.ºT-2011. Procedeu-se à compatibilização das séries, usando o modelo multiplicativo e a informação constante no destaque do 1.ºT-2011 do Inquérito ao Emprego, publicado pelo INE (https://www.ine.pt/xportal/xmain?xpid=INE&xpgid=ine_destaques&DESTAQUESdest_boui=107450480&DESTAQUESTema=55574&DESTAQUESmodo=2)

³ Ano a partir do qual se encontram disponíveis as Contas Anuais Regionais na base 2011.

efeito combinado da crise financeira internacional, do impacto da crise das dívidas soberanas na área do euro, com o Programa de Assistência Económica e Financeira (PAEF) a Portugal e, subsequentemente, o PAEF RAM⁴; e, por fim, desde 2014, um período de recuperação gradual que assinala o seu 5.º ano em 2018⁵.



Esta fase de crescimento tem sido dinamizada por uma recuperação do consumo privado e pelo desempenho da atividade turística, que se traduziu num aumento estimado das exportações de serviços ⁶. Note-se que enquanto o crescimento em 2001-2008 é essencialmente explicado por um aumento da produtividade por trabalhador, em 2014-2016 a recuperação económica resulta fundamentalmente do incremento de emprego, o qual é igualmente reflexo da magnitude da redução observada entre 2009-2013.

... e permitiu que a taxa de desemprego se situe em mínimos dos últimos 13 anos.

Entre o 1.ºT-98 e o 4.ºT-03, a taxa de desemprego na RAM manteve-se a níveis relativamente baixos e alinhados com observado para o conjunto do país, tendo registado um mínimo de 3,9% no 4.ºT-99. Entre 2005 e início de 2013, a taxa de desemprego evidencia uma tendência crescente, numa fase inicial em divergência e posteriormente em sintonia com o registado a nível nacional. No 1.ºT-13, a taxa de desemprego regista o seu máximo histórico de 19,8% - período que coincidiu com o máximo registado para o conjunto do país. Subsequentemente, em linha com a melhoria da atividade económica, a taxa de desemprego começou a recuar, regressando a um nível inferior à sua média amostral ⁷ (3.ºT-17), embora ainda distante dos valores observados no período anterior a 2005.

Pese embora diferenças de nível, confirma-se que a evolução da taxa de desemprego da RAM e a média nacional partilham uma componente cíclica comum, que traduz tanto a esperada

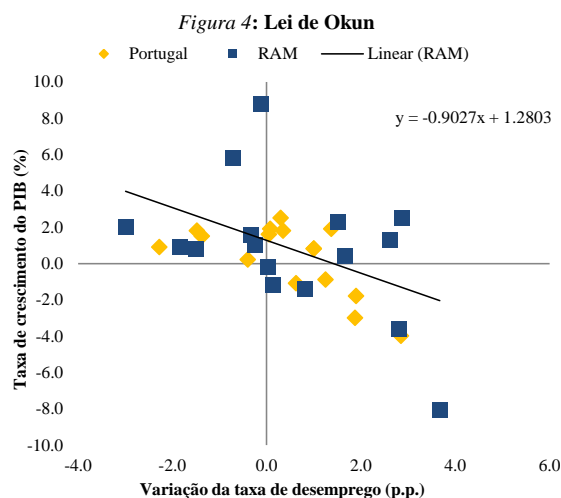
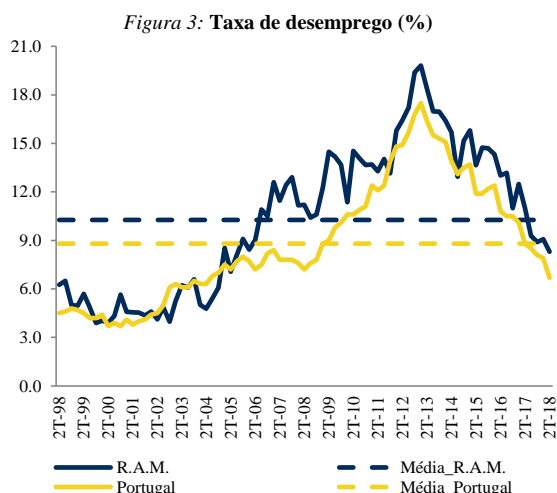
⁴ Ambos os programas de ajustamento continham medidas restritivas da despesa pública e de aumento da receita fiscal, com impacto negativo na atividade económica.

⁵ Embora o INE não tenha publicado estimativas para o PIB de 2017 e 2018, o Indicador Regional de Atividade Económica divulgado pela DREM mostra que a economia da RAM cresceu naqueles anos. Ver (DREM 2018). 'Indicador Regional de Atividade Económica'

⁶ Ver DREM (2018). 'Estatísticas do Turismo – ano de 2017'. *Em Foco*. Agosto e DREM (2018). 'Conta Satélite do Turismo da Região Autónoma da Madeira – 2015'. *Em Foco*. Julho.

⁷ A taxa de desemprego média entre 1.ºT-1998 e 2.ºT-2018 é de 10,3%.

interdependência económica, bem como a partilha de fatores estruturais, nomeadamente no que respeita à legislação laboral.



A figura 4 demonstra a relação negativa esperada entre a variação da taxa de desemprego e a taxa de crescimento do PIB – comumente conhecida por *Lei de Okun*. De acordo com a correlação histórica antecipa-se que, não obstante a incerteza associada a estas estimações, um crescimento de 1 ponto percentual (p.p.) do PIB esteja associado a uma redução aproximada de 1,1 p.p. da taxa de desemprego, um valor próximo do estimado para o conjunto do país.

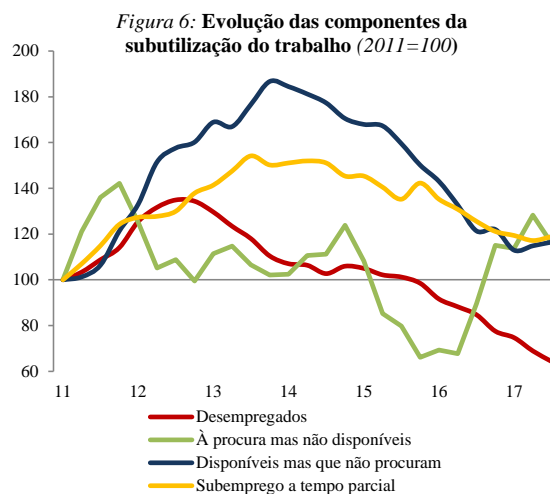
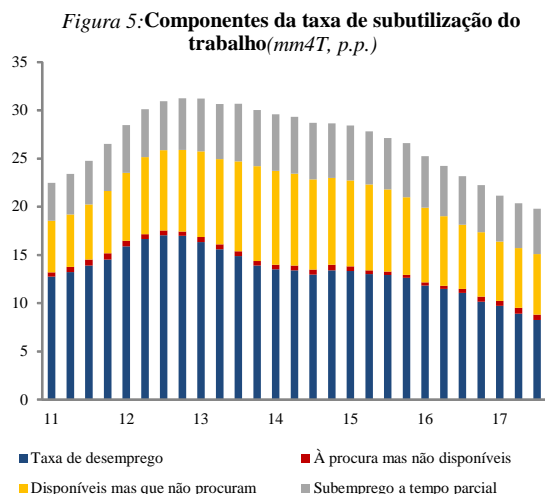
A subutilização do trabalho na Região é superior à nacional.

A figura 5 ilustra a evolução das diferentes componentes da subutilização do trabalho, conceito que alarga o âmbito da taxa de desemprego em sentido estrito, compreendendo: os desempregados, os inativos à procura de emprego mas não disponíveis, bem como aqueles disponíveis mas que não procuram emprego; e o subemprego de trabalhadores a tempo parcial (ou seja disponíveis para trabalhar mais horas do que habitualmente declaram trabalhar).

Em sintonia com o aumento da taxa de desemprego, a taxa de subutilização do trabalho atingiu valores excecionalmente elevados no período da crise, tendo registado valores próximos dos 30% da população ativa alargada. Mais recentemente, no 2.ºT-2018, esta situou-se em 18,5%, o que compara com 13,3% em Portugal. De facto, a taxa de subutilização do trabalho na RAM foi desde o 1.ºT-2011 superior à observada para o conjunto do país, o que é parcialmente explicado pelo diferencial existente entre as taxas de desemprego.

Desde 2011, a taxa de subutilização passou por duas fases distintas (ver figura 6): (i) uma primeira, até o 4.ºT-2013, com uma tendência de crescimento de todas as componentes e (ii) uma segunda, a partir do 1.ºT-2014, em que se observa um decréscimo da subutilização do trabalho, primeiramente impulsionada pela redução da taxa de desemprego, e subsequentemente, a partir de meados de 2016, acompanhado também pela diminuição do subemprego e dos inativos disponíveis mas que não procuram emprego. O desemprego é,

porém, a única componente que se encontra abaixo do nível registado em 2011, o que se observa desde o 3.ºT-2016.



Desemprego jovem na RAM chegou a ultrapassar os 50% mas está a convergir para a média nacional.

A taxa de desemprego jovem apresenta normalmente uma maior sensibilidade à alteração das condições cíclicas. Esta maior pró-ciclicidade reflete um nível relativo mais baixo de competências laborais, menor segurança no trabalho e outras considerações sociais, refletidas numa maior proporção de contratos temporários e a tempo parcial. Períodos prolongados de desemprego podem ter impactos duradouros nas competências e rendimentos, devido ao efeito de *histerese*⁸, que afeta negativamente o capital humano e, conseqüentemente, o crescimento potencial da economia.⁹ Penaliza também a produtividade através de um menor nível de inovação - pois a expansão de empresas altamente produtivas está normalmente associada a uma maior contratação de pessoas jovens – e mediante uma menor difusão de conhecimento, devido a uma menor mobilidade e a um clima desfavorável à mudança de emprego.

O final de 2013 marcou um ponto de inversão para a taxa de desemprego jovem. Com alguma irregularidade, a taxa de desemprego jovem regional iniciou uma trajetória descendente, atingindo um valor mínimo de 24,8%¹⁰ no 2.ºT-18, após ter chegado a ultrapassar os 50% em vários momentos, com o máximo amostral observado no 3.ºT-2013 (52,0%). A taxa regional tem registado um diferencial permanentemente positivo face à nacional, com este a atingir um mínimo de 2,6 p.p. no 2.ºT-18, após o máximo de 15,8 p.p. no 4.ºT-14.

⁸ Benoît Cœuré (2017). 'Scars or scratches? Hysteresis in the euro area'. Discurso no International Center for Monetary and Banking Studies, Genebra, 19 Maio.

⁹ Mario Draghi (2017). 'Youth unemployment in the euro area'. Discurso no Trinity College, Dublin, 22 Setembro.

¹⁰ Apresentada em média móvel de 4 períodos, pois por vezes esta variável apresenta coeficientes de variação superiores a 20%.

É importante referir que o fluxo migratório contribuiu de modo significativo para o desagravamento da taxa de desemprego global, e da taxa de desemprego jovem em particular, um fenómeno semelhante ao observado para o conjunto do país. A figura 7 evidencia que a população residente na RAM tem vindo a diminuir de forma sucessiva desde 2011, fruto não só de um saldo natural negativo (diferença entre nados-vivos e óbitos) mas, principalmente, por um fluxo migratório de saída superior ao de entrada. Contudo, em sintonia com a melhoria da conjuntura económica da Região, bem como resultado da migração oriunda da Venezuela, o saldo migratório voltou a ser positivo em 2017.

Figura 7: Variação da população, por componente (2008-2017)

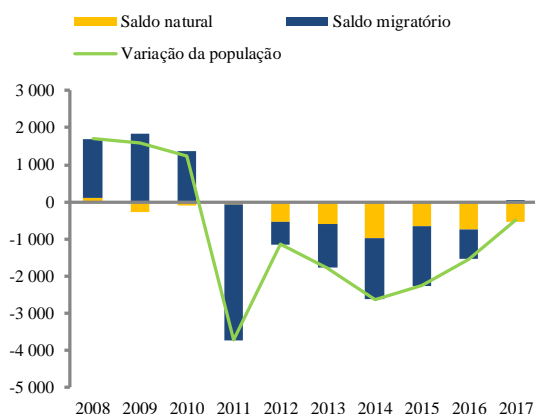
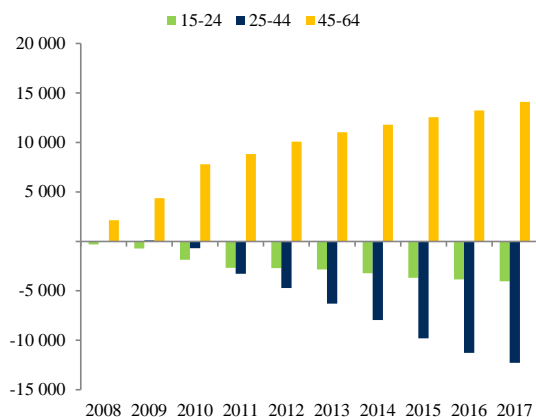


Figura 8: Variação cumulativa da população residente, por grupo etário (2007=0)



A taxa de participação apresenta uma evolução distinta consoante o grupo etário

Para melhor compreender as dinâmicas apresentadas anteriormente, importa ilustrar a evolução da taxa de participação (ou de atividade). A taxa de participação mede a proporção da população de determinado grupo etário que participa ativamente no mercado de trabalho, refletindo assim a oferta de mão-de-obra disponível num determinado espaço económico para a produção de bens e serviços. Esta desempenha igualmente um papel relevante nas flutuações da taxa de desemprego, dado influenciar o seu denominador – a população ativa.

Figura 9: Taxa de desemprego jovem (mm4T,%)

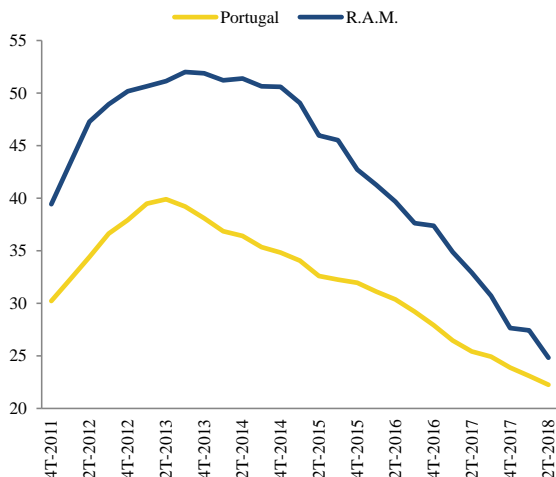
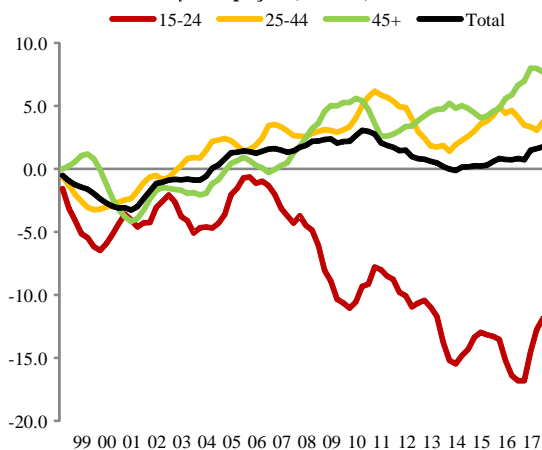


Figura 10: Evolução cumulativa da taxa de participação (1998=0)



A taxa de participação¹¹ apresenta normalmente uma resposta estilizada face a variações cíclicas da economia.¹² A procura de emprego é determinada, entre outros, pelo grau de segurança no trabalho, com um menor risco de perda de emprego (típico de um mercado de trabalho próximo do equilíbrio), a incentivar um maior grau de participação. Ao mesmo tempo, um maior fluxo de desemprego e uma maior escassez de emprego desencoraja indivíduos inativos de participarem ativamente no mercado de trabalho.

Conforme é demonstrado pela figura 10, a taxa de participação apresenta valores distintos para os diferentes grupos etários e a sua evolução pode ser caracterizada não apenas por uma componente cíclica como também por tendências de longo prazo. O grupo etário dos jovens (15-24) é o que apresenta uma taxa de participação mais volátil, mas com tendência decrescente. Entre o 1.ºT-11 e o 2.ºT-18 observou-se uma redução significativa de 36,0% para 28,6%, respetivamente, o que pode ser parcialmente explicado pela procura de qualificações superiores.

A taxa de participação atinge naturalmente níveis mais elevados na faixa 25-44. No 4.ºT-13 esta registou o valor mais baixo da última década para este grupo etário, com as taxas no período mais recente a estarem próximas do máximo da série, registado no 1.ºT-11 (90,6%).

Na faixa dos 45 e mais anos, observa-se uma tendência crescente na taxa de participação, o que poderá ser parcialmente explicado por alterações legislativas e socioeconómicas que incentivam uma idade efetiva de reforma mais tardia. Enquanto no 1.ºT-98 esta se fixava em 46,2%, no final do período em análise esta tinha atingido os 53,8%.

A participação da população entre os 25 e 44 anos permanece substancialmente inferior...

Para quantificar os fatores que explicam a evolução da taxa de participação na RAM procedeu-se à sua decomposição¹³ mediante uma análise *shift-share*, distinguindo o contributo de fatores demográficos, do nível educacional e de outros fatores intrínsecos a cada um dos grupos etários.

Como se observa na figura 11, o aumento da população em grupos etários, cuja taxa de participação é inferior à média, tem contribuído de forma persistentemente negativa para a taxa da participação agregada. Não obstante, este efeito tem sido compensado pelo aumento da população com níveis educacionais superiores (e, simultaneamente, com taxas de participação mais elevadas), mas penalizado pela queda acentuada da taxa de atividade da população entre 25-44 anos (ver figura 12), a qual se reflete no denominado efeito *cohort*.

¹¹ Corresponde ao rácio entre a população ativa e a população total multiplicado por 100.

¹² Chalom, R., Karahan, F., Pilossoph, L. and G. Topa (2018). 'Whither labour force participation?'. Federal Reserve Bank of New York, Liberty Street Economics. September.

¹³ Fazendo uso de uma metodologia *shift-share*.

Figura 11: Decomposição da taxa de participação (%)

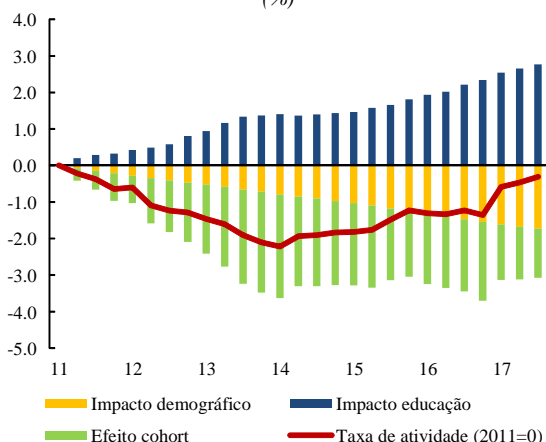
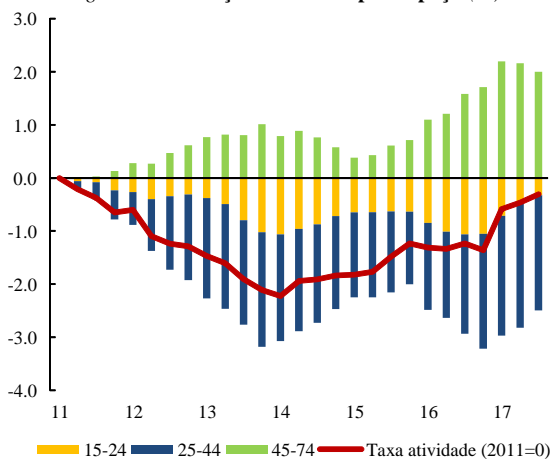


Figura 12: Evolução da taxa de participação(%)



Estes factos estilizados são partilhados por outras economias avançadas, tal como recentemente destacado pelo Fundo Monetário Internacional (FMI)¹⁴, cuja análise sugere que as políticas de emprego e instituições, juntamente com alterações estruturais e melhorias dos níveis educacionais, explicam em grande medida o aumento da taxa de participação das mulheres e da população mais próxima da idade da reforma durante as últimas três décadas.

Num contexto em que o envelhecimento populacional irá condicionar de forma cada vez mais premente o potencial económico, os resultados do estudo destacam o papel das políticas públicas no investimento em educação e formação, na reforma do sistema fiscal e na redução dos incentivos à aposentação antecipada, juntamente com reformas que melhoram o *matching* e que apoiam o equilíbrio entre a vida profissional e laboral.

... enquanto a taxa de emprego média e a população empregada estão num máximo histórico...

Tendo em conta que a taxa de desemprego é influenciada por variações da taxa de participação, a análise da taxa de emprego permite aferir de forma mais nítida o grau de utilização (ou subutilização) da população em idade ativa.

No período entre 1998-2011, apesar de ligeiras oscilações quer em sentido positivo quer negativo, a taxa de emprego¹⁵ manteve-se próxima da média daquele intervalo temporal (53,2%). Como evidencia a figura 13, o ano de 2011 marca uma queda acentuada na taxa de emprego, que viria a atingir um mínimo de 49,1%¹⁶ nos 2.ºT e 3.ºT-13. Inicia-se subsequentemente uma trajetória de recuperação que conduziria esta variável a superar os valores pré-crise, atingindo-se um máximo de 55,9% no 2.ºT-18. Com efeito, o nível da população empregada do 2.ºT-18 é também o mais elevado desde o início da série, com o

¹⁴ Internacional Monetary Fund (2018). 'Labor force participation in advanced economies: drivers and prospects'. *World Economic Outlook: Cyclical upswing, structural change*. April.

¹⁵ Rácio entre a população empregada entre os 15 e os 64 anos e a população total do mesmo grupo etário.

¹⁶ Valor em média móvel de 4 períodos.

índice (2011=100), a atingir os 103,3 no referido trimestre, ultrapassando os 101,6 registados no 2.º trimestre de 2011.

Figura 13: Taxa de emprego(mm4T, %)

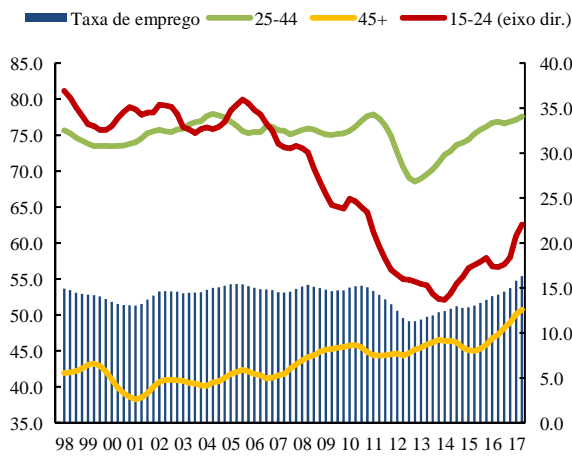
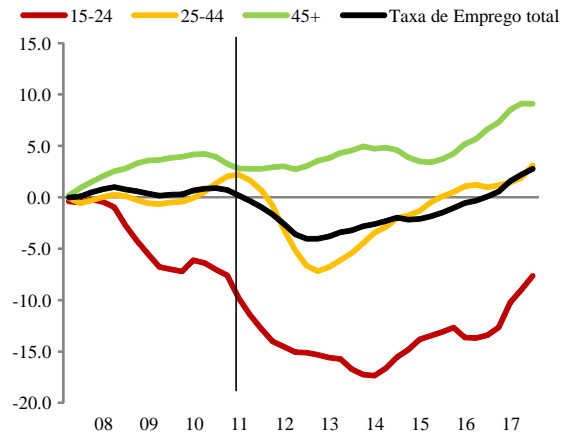


Figura 14: Evolução cumulativa da taxa de emprego (2007=0)



Note-se igualmente que a taxa de emprego do grupo etário 25-44 apresenta uma maior sensibilidade a flutuações económicas, com a interpretação do comportamento cíclico dos restantes grupos a ser complicada pela existência de tendências quer ascendentes (45+) quer no sentido descendente (15-24, pese embora a inversão iniciada em 2014).

... com os jovens a serem os mais penalizados pela crise.

Não obstante a redução da taxa de emprego dos jovens se ter iniciado em 2006, este grupo etário foi particularmente penalizado pela crise económica. No período anterior a 2006, a taxa de emprego média foi de 34,0%, tendo atingido um mínimo de 13,7%¹⁷ no 4.ºT-2014. Apesar da recuperação iniciada em 2015, a taxa de emprego do grupo etário 15-24 mantém-se abaixo dos 25%.

Ao mesmo tempo, a taxa de emprego do grupo etário entre os 25 e 44 anos, cuja participação é geralmente pouco afetada por decisões de reforma e de escolaridade que influenciam outros grupos, apresenta uma relativa estabilidade até 2011 (ver figura 13). É em 2011 que a recessão económica conduz a uma acentuada diminuição, atingindo-se um mínimo de 68,5% no 3.ºT-13. Desde então, observa-se uma recuperação significativa, a qual culminou com a taxa de emprego a registar o seu máximo histórico no 2.ºT-18 (78,8%).

Por sua vez, a taxa de emprego do grupo com 45 ou mais anos apresenta uma tendência crescente, não se destacando de forma marcada os efeitos da contração da atividade económica observada entre 2011 e 2013. Esta faixa etária beneficia, em termos comparativos, de maior segurança no trabalho, com contratos mais longos e de natureza permanente. Também, o aumento da taxa de emprego tem ocorrido em paralelo com o aumento da taxa de participação, uma tendência partilhada com outras economias avançadas.

¹⁷ Valor em média móvel de 4 períodos.

A taxa de emprego da população entre os 55-64 anos apresenta uma tendência ascendente.

Seguindo uma tendência partilhada por um conjunto de Estados-Membros da União Europeia, assistiu-se a um aumento da taxa de emprego da população na faixa etária entre os 55-64 anos. Este facto, pode ser explicado¹⁸, entre outros, pelo aumento gradual da longevidade, por alterações legislativas que procuraram contribuir para aumentar a taxa legal e efetiva de reforma, bem como pela perda de rendimento durante o período da crise económica dos grupos mais próximos da idade de reforma. Não obstante existirem exceções, a taxa de emprego entre os 55-64 anos foi, em regra, superior na RAM quando comparada com a média nacional.

Ambas as Regiões Autónomas apresentam uma taxa de emprego inferior à nacional.

Figura 15: Taxa de emprego do grupo etário 15-64 anos (mm4T,%)

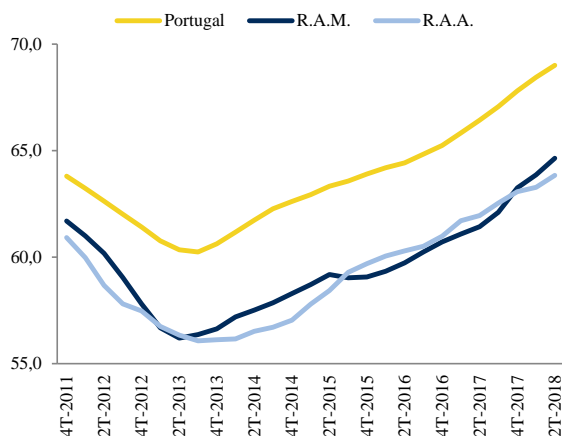
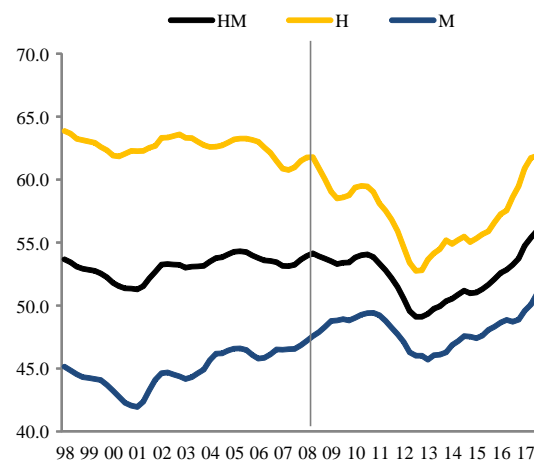


Figura 16: Taxa de emprego, por sexo (mm4T,%)



A figura 15 ilustra a evolução comparativa das taxas de emprego desde o 1.ºT-11 para o país e Regiões Autónomas. Ao considerar o grupo etário 15-64 anos destaca-se, por um lado, a semelhança entre os dois arquipélagos, os quais partilham estruturas etárias e condicionantes semelhantes e, por outro, a distância relativa das Regiões Autónomas face à média nacional, a qual aponta para um potencial de convergência elevado.

O diferencial da taxa de emprego entre homens e mulheres diminuiu...

Ao longo do período em análise, a taxa de emprego dos homens foi sempre superior à observada para as mulheres, não obstante este diferencial se ter sido reduzido de forma

¹⁸ Fernández C., and D. Martínez Turégano (2018). 'Labour market participation rate in the euro area: performance and outlook, a long-term view'. ¹⁸ Banco de España *Economic Bulletin* 1/2018. January.

assinalável desde 1998. Se no 4.ºT-98, a taxa de emprego dos homens era em média 18,7 p.p.¹⁹ superior, vinte anos depois, no 2.ºT-18, essa diferença era de aproximadamente 11 p.p..

Contudo, esta aproximação não ocorreu de forma ininterrupta. Com efeito, o período pós-crise é marcado por uma maior divergência entre as taxas de emprego masculina e feminina, que atingiu um mínimo de 6,8 p.p. no 3.ºT-13, conforme evidencia a figura 16. Uma das explicações para este fenómeno poderá estar na composição setorial do emprego, mais precisamente o forte recuo observado no ramo da Construção, que utiliza predominantemente mão-de-obra masculina²⁰.

Por outro lado, a taxa de participação das mulheres apresenta uma tendência histórica positiva, o que explica o aumento da taxa de emprego feminina em aproximadamente 6 p.p. entre o 4.ºT-98 e o 2.ºT-18, ultrapassando a barreira dos 50% na primeira metade de 2018. No caso dos homens, apesar da recuperação recente, a taxa de emprego permanece abaixo do máximo observado no 4.ºT-98 (63,8%).

...enquanto as taxas de emprego de homens e mulheres em idade ativa são inferiores na RAM face à média nacional.

Comparando a evolução da taxa de emprego de ambos os sexos desde 2011 (ver figura 17), verifica-se que ambas recuperaram integralmente da quebra observada até meados de 2013, não obstante ter ocorrido com um desfaseamento temporal de aproximadamente 1 ano face ao conjunto do país. Ao mesmo tempo o potencial de convergência entre as taxas de emprego na RAM e as observadas a nível nacional é ainda elevado.

Figura 17: Taxa de emprego 15-64 anos (mm4T,%)

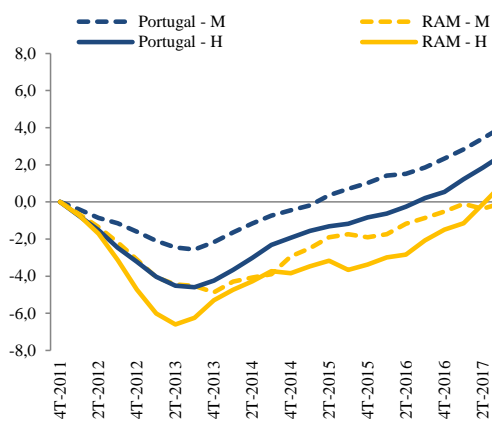
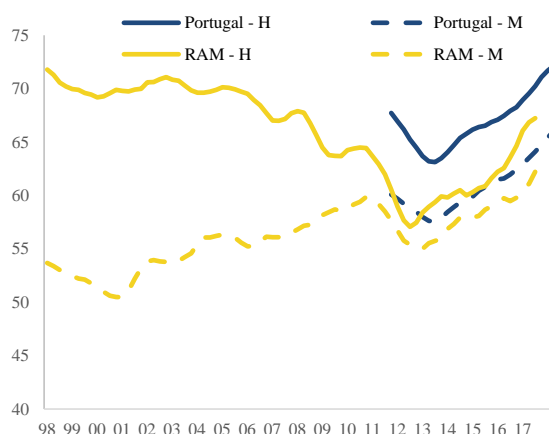


Figura 18: Taxa de Emprego 15-64 anos (mm4T,%)



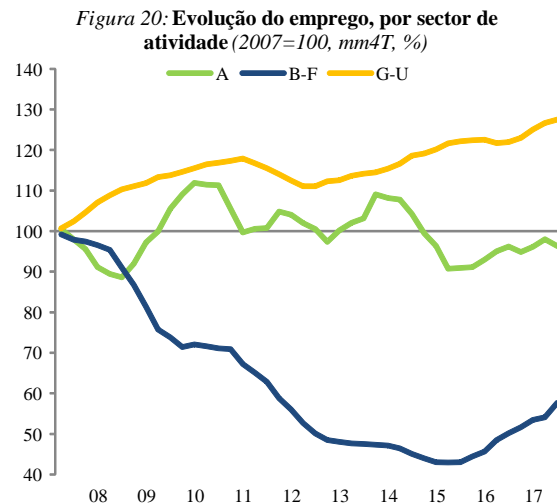
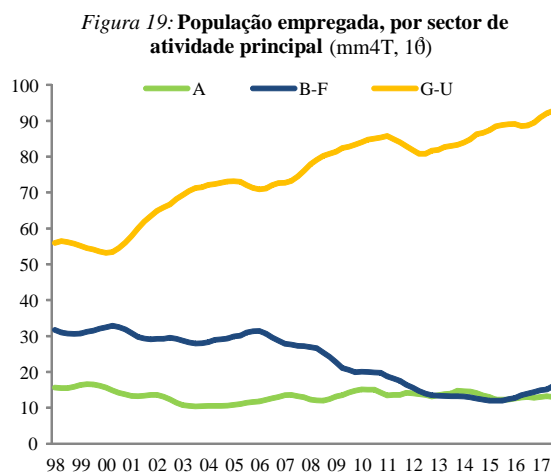
A terciarização da economia acentuou-se fortemente nos últimos 20 anos.

¹⁹ Valor em média móvel de 4 períodos.

²⁰ Esta observação é comum a outras geografias. Ver Black, S. Furman, J., Rackstraw, E. and Rao, N. (2016). 'The long-term decline in US prime-age male labour force participation'. VOX CEPR Policy Portal. Como referido, concorre igualmente a quebra cíclica do emprego em setores e posições tradicionalmente ocupadas por elementos do sexo masculino, como sejam a construção e trabalho físico de qualificações reduzidas.

Desde 1998 ocorreu uma alteração significativa na distribuição da população empregada por sector de atividade. Com efeito, verificou-se um crescimento assinalável do sector dos ‘Serviços’ (G-U). No 4.ºT-98 este concentrava 54,2% da população empregada, o que compara com 76,1% no 2.ºT-18.

Embora não exista informação detalhada sobre os fluxos de emprego entre sectores, é provável que o ramo dos ‘Serviços’ tenha acomodado parte da redução observada no sector da ‘Indústria, Construção, Energia e Água’ (B-F).



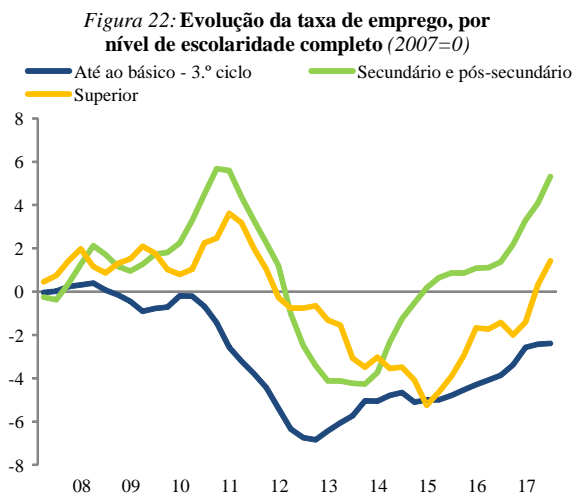
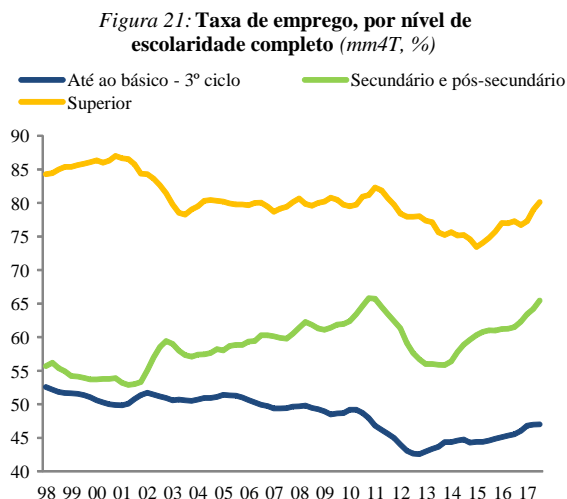
Conforme referido anteriormente, esta diminuição é notória entre 2008 e finais de 2015, explicada em grande medida pelo forte recuo no investimento em construção, nomeadamente por parte das Administrações Públicas. Embora apresentando uma ligeira redução face ao início do período em análise, a população empregada no sector da ‘Agricultura, produção animal, caça, floresta e pesca’ (A) apresenta um padrão de estabilidade assinalável ao longo dos últimos 20 anos, tendo chegado inclusivamente a representar o segundo mais importante setor gerador de emprego entre o 4.ºT-13 e o 2.ºT-16.

Indivíduos com menores níveis de escolaridade foram os mais afetados pela crise.

As figuras 21 e 22 ilustram a evolução da taxa de emprego por nível de escolaridade. Estas evidenciam o impacto diferenciado da crise nos diversos grupos da população. De facto, este foi mais pronunciado entre os indivíduos que possuíam um nível de escolaridade até ao ensino secundário. Ao mesmo tempo, o emprego entre os que possuíam ensino secundário e pós-secundário foi aquele que recuperou mais rapidamente no período pós-crise. Comparativamente a 2007, verifica-se igualmente que o único grupo cuja taxa de emprego ainda se encontra abaixo do observado no período pré-crise é o dos indivíduos com menores habilitações.

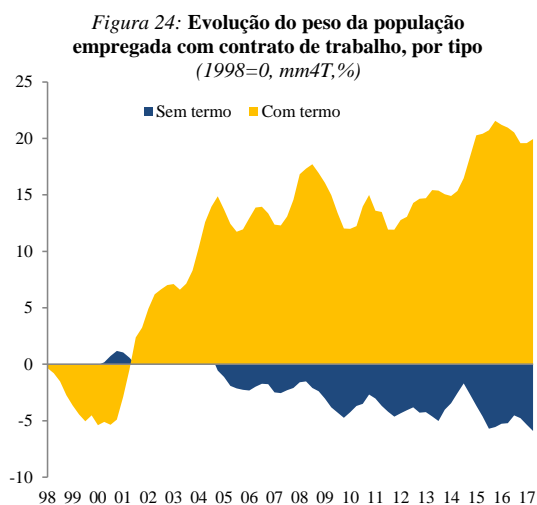
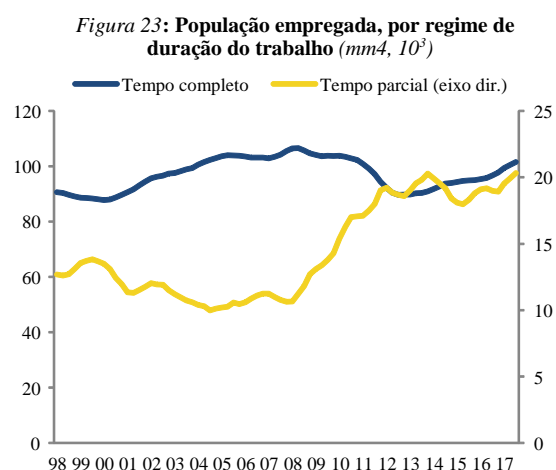
Ao mesmo tempo, é relevante assinalar que estas taxas registam o seu ponto mais baixo do ciclo em momentos diferenciados. Com efeito, o maior diferencial face a 2007 do grupo com habilitações superiores ocorre no 1.ºT-2016, enquanto entre os que possuem um nível de

escolaridade até ao 3.º ciclo e nos que frequentaram o ensino secundário, esse mínimo foi atingido no 4.ºT-12 e no 4.ºT-13, respetivamente. Note-se igualmente que a taxa de empregabilidade de indivíduos com ensino superior é estruturalmente superior à dos restantes grupos da população.



Trabalho a tempo parcial e contratos a termo apresentam tendência crescente

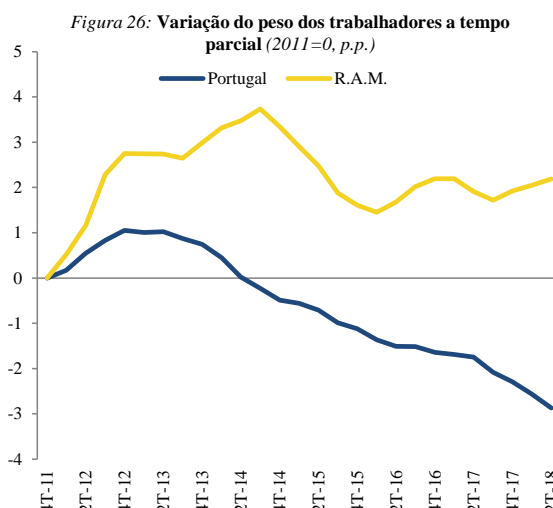
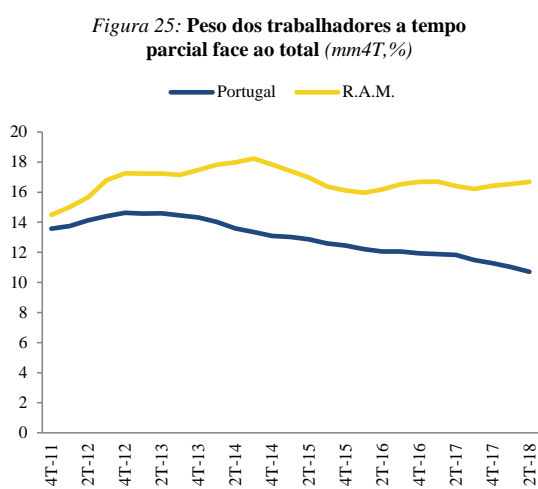
O trabalho a tempo parcial ganhou maior relevo nos últimos anos, não obstante representar apenas 1/6 do emprego na RAM (ver figura 23). Este aumento foi particularmente acentuado entre o 4.ºT-08 e o 4.ºT-13, o que coincide parcialmente com a redução observada no trabalho a tempo completo. Este poderá traduzir um *trade-off* entre ambos os regimes de duração de trabalho no período de maior redução da atividade económica, traduzindo fatores conjunturais – associados a alterações na utilização intensiva dos fatores de produção – não se podendo, porém, excluir o papel de fatores estruturais.



No que respeita à evolução do número de trabalhadores com contrato de trabalho (ver figura 24), destaca-se o peso crescente dos trabalhadores com contratos a termo, por contraponto ao

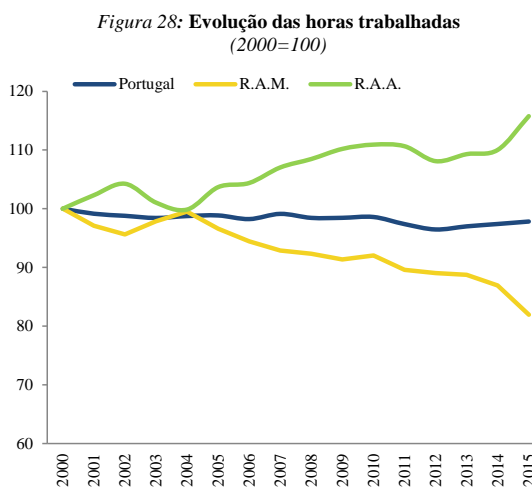
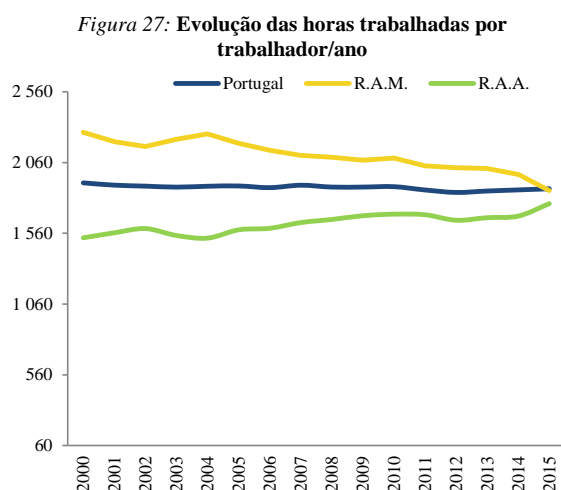
decréscimo observado na proporção dos trabalhadores com contratos sem termo. A crise de 2011-2013, bem como a subsequente recuperação, não parece ter gerado uma alteração visível desta tendência.

A percentagem de trabalhadores a tempo parcial na RAM é superior à registada a nível nacional (ver figura 25). Apesar de apresentar oscilações, esta tem-se mantido a um nível estável, contrariamente à tendência decrescente observada a nível nacional.



Número médio de horas trabalhadas na RAM convergiu para a média nacional

Como referido anteriormente, variações do número de horas trabalhadas por empregado traduzem igualmente alterações na intensidade do uso do fator trabalho no processo de produção o que, para além de flutuações conjunturais, podem também refletir tendências de longo prazo (p.ex. introduzidas por alterações legislativas).



A informação das horas trabalhadas *per capita* complementa assim a informação de outros indicadores de subutilização do fator trabalho. A figura 27, construída a partir de dados anuais das Contas Regionais, mostra que a RAM apresentou até 2014 uma média de horas

trabalhadas por empregado superior à nacional. Contudo, a análise do período 2000-2015 aponta para uma convergência de ambas as Regiões Autónomas para o valor de referência do país. Assim, na RAM tem-se assistido a um decréscimo das horas trabalhadas *per capita*, tendência inversa à observada na RAA, e que contrasta com a estabilidade observada a nível nacional.

Conclusão

O mercado de trabalho apresenta, nas suas diferentes dimensões, informação relevante para a avaliação da posição cíclica de uma economia, bem como do seu crescimento potencial.

Esta nota confirmou que, no que ao emprego diz respeito, a RAM conseguiu recuperar do período recessivo de 2008-2013, apresentando igualmente indicadores geralmente mais favoráveis quando comparados com o período pré- crise. Com efeito, o número de pessoas empregadas atingiu um máximo histórico, ao mesmo tempo que a taxa de desemprego se situa no nível mais baixo desde o 4.ºT-2005. Também em 2017, fruto da melhoria das condições económicas e do fluxo migratório oriundo da Venezuela, o saldo migratório foi, pela primeira vez desde 2010, positivo.

Em simultâneo, confirmou-se a existência de grupos da população – faixas etárias, género e nível de qualificações – e setores nos quais os efeitos da crise não se encontram ainda ultrapassados. São exemplos disso a quebra significativa da população empregada no sector da 'Indústria, construção, energia e água'; a redução da taxa de emprego daqueles cujo grau de habilitação literária corresponde ao 9.º ano de escolaridade ou inferior; bem como dos jovens (15-24). Estes *gaps* atestam a expectativa de uma continuada criação de emprego, mas sinalizam igualmente a possibilidade de emergirem dificuldades crescentes de *matching* no mercado de trabalho.

No curto prazo, com a economia a apresentar sinais de abrandamento²¹ e perante uma conjuntura externa crescentemente desafiante, o mercado de trabalho regional tenderá a enfrentar um contexto menos favorável. Este é reforçado pelo papel relevante dos serviços na criação líquida de emprego no período recente.

A médio-prazo, outros constrangimentos – de natureza global – originados pela robotização e inteligência artificial, estarão igualmente presentes. Com a taxa de desemprego a aproximar-se de níveis historicamente baixos, o aumento sustentado da atividade económica irá depender de ganhos de produtividade, o que coloca ênfase especial no papel das políticas públicas. Ao mesmo tempo, com o impacto crescentemente negativo do envelhecimento populacional, a manutenção de níveis de crescimento robustos dependerá, por um lado, de políticas que fomentem a melhoria da qualificação da população empregada, bem como do aumento da participação dos restantes grupos populacionais e da eficiência no *matching* das necessidades de mão-de-obra das empresas com a oferta disponível.

²¹ Ver (DREM 2018). 'Indicador Regional de Atividade Económica'.